



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2022**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº. 17/2022/TRE-RO**

**PROCESSO SEI Nº. 0003031-34.2021.6.22.8000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14/2022 (SRP)**

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, conforme descrito no Anexo II do Edital de Pregão respectivo, da licitante - **OMEGA PRODUTOS E SERVICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 31.354.105/0001-72, com sede à rua 13, S/N, quadra 02, lote 07, casa 02, Residencial Recanto Sonhado, CEP: 75.405-449, em Inhumas/GO, Telefone(s): (62) 98238-7264, e E-mail(s): [omegaprodutoss@gmail.com](mailto:omegaprodutoss@gmail.com), neste ato representada por **DIVINO GERALDO DE MENESES**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	<b>Item 08 do Edital.</b> COPO DESCARTÁVEL, para água, (capacidade de 180 a 200ml), em plástico biodegradável, atóxico, em sacos plásticos, também	Cento	1500	9,00	13.500,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	biodegradáveis, com 100 unidades cada um. Com selo de certificação conforme a Portaria nº 394/2020-INMETRO e conforme a NBR 14865/2012 da ABNT. Certificado de biodegradabilidade de acordo com a norma ASTM D6954-4 ou versão atualizada. Prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses. (CATMAT 435019). Marca: ALTACOPPO.				
02	<b>Item 09 do Edital.</b> Fósforos de segurança longos, medindo 5cm de comprimento, em caixa com 200/240 palitos. (CATMAT 241343). Marca: BILLA.	Caixa	240	4,86	1.166,40
03	<b>Item 10 do Edital.</b> Garrafa térmica de mesa, com saída a base de pressão, confeccionada em aço inox escovado (externa), com ampola de vidro, alça superior maleável para transporte vertical, acessórios na cor preta, com capacidade entre 1 e 1,2 litros, dimensões aprox. (Compr. X Larg X Alt.) 144 x 118 x 313 mm, com sistema que evita a ocorrência de pingos após servir, sistema de jato de apenas uma pressão para acionamento. (CATMAT 319080). Marca: INVICTA.	Unidade	50	75,97	3.798,50
04	<b>Item 11 do Edital.</b> Garrafa térmica de mesa, com saída a base de pressão, confeccionada em aço inox escovado (externamente), com ampola de vidro, alça superior maleável para transporte vertical, acessório na cor preta, com capacidade entre 1,8 litros e 2,2 litros, dimensões aprox. (Comp X Larg X Alt) 148 x 128 x 365mm, com sistema que evita a ocorrência	Unidade	75	96,53	7.239,75



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de pingos após servir, sistema de jato de apenas uma pressão para acionamento. (CATMAT 219081). Marca: INVICTA.				
05	<b>Item 12 do Edital.</b> Jarra confeccionada em aço inox, com tampa, aparador de gelo e alça, capacidade 2 litros, aplicação água/suco. (CATMAT 232590). Marca: EUROHOME.	Unidade	30	85,89	2.576,70
Valor total da ARP em R\$					28.281,35

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. A entrega deverá ser feita no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, sendo que o fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268/ 2051/ 2000, no horário normal de recebimento dos materiais, que é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado – SEALM, ou aos seus respectivos substitutos, em suas ausências.

1.9. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 08 de junho de 2022.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	<b>DIVINO GERALDO DE MENESES</b> Pela Adjudicatária Fornecedor
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **DIVINO GERALDO DE MENESES, Usuário Externo**, em 08/06/2022, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/06/2022, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 10/06/2022, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 10/06/2022, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0842679** e o código CRC **B4A5070F**.

---

0003031-34.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003031-34.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: : Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 14/2022 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – Eventual aquisição de materiais de gêneros alimentícios e copa e cozinha.

**PARECER JURÍDICO Nº 37 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – DO RELATÓRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de eventual **aquisição de materiais de gêneros alimentícios e copa e cozinha**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias da Seção de Almoxarifado - SEALM deste TRE/RO, no exercício de 2022 ([0739258](#)).

**02.** Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0812283](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 68/2022 - PRES/DG/AJDG ([0817011](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2022 ([0817088](#)).

**03.** Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0817878](#).

**04.** Não foi apresentado pedido de esclarecimento nem houve impugnação ao Edital.

**05.** Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

**a)** Relatório de propostas ([0823835](#));

**b)** Propostas e anexos das licitantes OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA ([0823997](#) e [0824554](#)), PARANOIA DISTRIBUIÇÃO IMORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – EPP ([0824013](#)), NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ([0824014](#), [0824015](#), [0824204](#) e [0824232](#)), NORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA ([0824022](#)), FENIX BRASIL – COMPRA, VENDA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ([0824083](#)) e ARLA ALVES DE SOUZA ([0824084](#));

**c)** manifestações da unidade técnica – SEALM – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pelas licitantes durante o certame ([0824087](#), [0824497](#), [0824509](#), [0824581](#) e [0828940](#));

**d)** documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas (NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - [0829343](#), OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - [0829344](#) - e PARANOIA DISTRIBUIÇÃO



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **IMORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – EPP - [0829345](#)).**

**06.** Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0829346](#)), o Resultado por Fornecedor ([0829347](#)), o Termo de Adjudicação ([0829348](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0830182](#)).

**07.** Por fim, em seu Relatório nº 31/2022 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0829449](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

**08.** Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0829460](#)). **É o breve e necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2022**

**09.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0817878](#)).

**10.** Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

**11.** Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

#### **a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:**

Não houve;

**b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** Não houve;

**c) Lances:** Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0823835](#)) e na ata do certame ([0829346](#)). Não houve recusa de lances;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**d) Fase de negociação/aceitação:** Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 31/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0829449](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

**e) Cancelados na aceitação:** Sim. Os itens 1 e 6 restaram fracassados;

**f) Item deserto:** Não houve;

**g) Fase de Habilitação:** Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitados os licitantes NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ nº 15.897.556/0001-08, para os itens 2, 4, 5 e 7 ([0829343](#)), OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 31.357.105/0001-72, para os itens 8, 9, 10, 11 e 12 ([0829344](#)) e PARANOIA DISTRIBUIÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI, CNPJ nº 28.128.565/0001-78, para o item 3 ([0829345](#)).

**h) Recursos:** Não houve intenção de recurso.

**12.** Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

**13.** É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0829346](#)).

**14.** Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

**15.** Pois bem, os itens 1 e 6 restaram fracassados, pois os licitantes apresentaram propostas com valores acima do estimado. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

**16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame.** Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas pela unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**.

**17.** De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação das aquisições, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

**18.** Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

**19.** O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “**formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**”, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

**20.** A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

**21.** Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

**22.** Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta; e
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

**23.** Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

**24.** Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

### **III – DA CONCLUSÃO**

**25.** Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0829348**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

**26.** Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

**27.** Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **TAHIS SILVANA**

**IOCCA, Assessor Jurídico**, em 25/05/2022, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0833681** e o código CRC **95968D5D**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003031-34.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 14/2022 - Sistema de Registro de Preços – Aquisição de material de consumo – gêneros alimentícios e copa/cozinha.

**DESPACHO Nº 644 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de eventual aquisição de materiais de gêneros alimentícios e de copa e cozinha, por via Sistema de Registro de Preços, conforme as especificações e quantidades descritas no item 2 do Termo de Referência n. 4/2022 ([0807033](#)), a fim de atender as necessidades ordinárias deste Tribunal ([0739258](#)).

Após a publicação do edital do certame, não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: Relatório de propostas ([0823835](#)); Propostas e anexos das licitantes OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA ([0823997](#) e [0824554](#)), PARANOIA DISTRIBUIÇÃO IMORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – EPP ([0824013](#)), NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ([0824014](#), [0824015](#), [0824204](#) e [0824232](#)), NORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA ([0824022](#)), FENIX BRASIL – COMPRA, VENDA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ([0824083](#)) e ARLA ALVES DE SOUZA ([0824084](#)); manifestações da unidade técnica – SEALM – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pelas licitantes durante o certame ([0824087](#), [0824497](#), [0824509](#), [0824581](#) e [0828940](#)); documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas (NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - [0829343](#), OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - [0829344](#) - e PARANOIA DISTRIBUIÇÃO IMORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – EPP - [0829345](#)); Ata do certame ([0829346](#)), o Resultado por Fornecedor ([0829347](#)), o Termo de Adjudicação ([0829348](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0830182](#)). Por fim, juntou o Relatório nº 31/2022 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0829449](#)), expondo as principais ocorrências do certame.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cumpridas as fases de julgamento e de habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ 15.897.556/0001-08, itens 2, 4, 5 e 7, valor total R\$ 18.048,40; OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 31.357.105/0001-72, itens 8, 9, 10, 11 e 12, valor total R\$ 28.281,35; e PARANOIA DISTRIBUIÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI, CNPJ 28.128.565/0001-78, item 3, valor total R\$ 49.500,00. Os itens 1 e 6 restaram fracassados.

Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras.

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0829348](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, conforme o Parecer Jurídico nº 37/2022 ([0833681](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 14/2022 ([0817088](#)).

Depois de analisar os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Verifica-se que, embora tenham restados fracassados os itens 1 e 6, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0829346](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO nº 14/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0829348](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À **SEALM** para se manifestar acerca da contratação direta dos itens fracassados 1 e 6, com base no art. 24, inciso V, da Lei



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº 8.666/93, demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame ou realizar o cadastramento dos referidos itens no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, conforme recomendação contida nos itens 26 e 27 do Parecer Jurídico nº 37/2022 ([0833681](#)).

A demandante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Por fim, devolvam-se os autos à SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 30/05/2022, às 13:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0835889** e o código CRC **7191F11B**.